

**LENDO AS CIDADES
INVISÍVEIS:
REFLEXÕES A PROPÓSITO
DE UMA LEITURA COLETIVA
READING INVISIBLE
CITIES: REFLECTIONS ON A
COLLECTIVE READING**

**Ana Claudia Aymoré Martins (Ufal)¹
Ana Paula Palamartchuk (Ufal)²
Roseanne Rocha Tavares (Ufal)³**

Resumo: No ano de 2020, o livro de Italo Calvino intitulado *As cidades invisíveis* completou 30 anos de sua publicação no Brasil e, de modo a homenagear uma

1 Doutora em Ciência da Literatura – Teoria Literária pela UFRJ. Professora Associada do Curso de História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: anaclaudiaaymore@chla.ufal.br

2 Doutora em História pela Unicamp. Professora associada do Curso de História e do PPGH, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: paula.tchuk@gmail.com

3 Doutora em Linguística pela UFPE. Professora Associada do Curso de Letras, Faculdade de Letras (Fale), Universidade Federal de Alagoas, Brasil. E-mail: tavaresroseanne@gmail.com

das principais contribuições do autor ítalo-cubano à literatura, foi realizado um projeto de leitura coletiva da obra, abrigado no perfil @lendoascidadesinvisiveis na rede social Instagram, e composto pelos registros em vídeo das leituras da idealizadora do projeto e de mais 55 pessoas convidadas, abarcando o livro de Calvino de sua primeira à sua última linha. Pensado originalmente apenas como projeto pessoal e afetivo de uma docente da Universidade Federal de Alagoas, a ação acabou por se constituir num enclave utópico em meio ao cenário de *distop(andel)ia* da primeira onda da Covid-19 no Brasil, e das angústias engendradas pelo prolongado (embora necessário) isolamento social. Posteriormente, duas das leituras das cidades descritas por Marco Polo a Kublai Khan em *As cidades invisíveis*, feitas por acadêmicas das áreas da história social e da linguística aplicada da Ufal, desdobraram-se em reflexões analíticas, apresentadas, primeiramente, no VI Colóquio Literatura e Utopia, e desenvolvidas aqui: Zora – sobre a cidade como lugar de memória/artefato político e seus signos ostensivos – e Olívia – considerando as relações entre realidade empírica e mundo dos discursos.

Palavras-chave: *As cidades invisíveis*; Italo Calvino; cidade; discurso; memória; leitura coletiva.

Abstract: In 2020, Italo Calvino's book *Invisible cities* has completed 30 years of its publication in Brazil and as a way of honouring one of the major contributions of this Italian-Cuban author, a project of a collective reading of the book was developed. This reading can be found at @lendoascidadesinvisiveis on Instagram and it is composed by the video recording of these readings, including the leader of project and 55 other invited people, which involved the reading of Calvino's book from the first to its last line. At first, this project was designed to be a personal and affective endeavor by a professor at the Universidade Federal de Alagoas, but its action turned out to be constituted by a utopian enclave during the dystop(andel)ic scenario of COVID-19 first wave in Brazil and the anxieties by the prolonged (though necessary) social isolation it engendered. Afterwards, two readings of the cities described by Marco Polo to Kublai Khan and read by Social History and Applied Linguistics Ufal

professors are unfolded in analytical reflections, firstly presented at the VI Colóquio Literatura e Utopia and developed here in this article: Zora – which shows the city as a place of political and memory artifact and its ostentatious signs; and Olivia – which considers the relationship between empirical reality and the world of discourses.

Keywords: *Invisible cities*; Italo Calvino; city; discourse; memory; collective reading.

a Margarida de Souza Neves,
e a todas as 55 pessoas que participaram,
com carinho, alegria e dedicação, de um
projeto utópico-afetivo, em meio à primei-
ra onda da pandemia de Covid-19, duran-
te o segundo semestre do ano de 2020.

@lendoascidades invisíveis: um projeto utópico-afetivo em tempos de distop(andel)ia

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos: mas sei que seria o mesmo que não dizer nada [...]. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 2017, p. 14-15).

Em 1990, o livro *Le città invisibili*, do escritor ítalo-cubano Italo Calvino (1923-1985), lançado originalmente em 1972, foi publicado no Brasil pela Companhia das Letras, com tradução de Diogo Mainardi. Naquele mesmo ano, eu, estudante do curso de História da PUC-Rio, assistia à aula da Profa. Margarida de

Souza Neves, quando ela leu em voz alta para a turma o fragmento acima, correspondente à quarta das 55 cidades que, na obra de Calvino, Marco Polo descreve ao imperador dos tártaros, Kublai Khan – espaços da memória e de suas falhas, do desejo e suas impossibilidades, das trocas e seus limites, da experiência e seus pontos cegos, da imaginação e suas conexões com o aqui e agora.

Nem sempre nós, professoras e professores, temos a exata consciência das repercussões extensas e profundas de nossas falas, reflexões, atitudes e performances em sala de aula sobre as consciências diversas daquelas/es que as testemunham. Naquele dia, a leitura de Guida (a quem sempre chamei assim, como a maior parte de suas/seus estudantes e orientandas/os, com o carinhoso respeito que dedicamos a quem verdadeiramente nos importa) criou, entre mim e Italo Calvino – e particularmente entre mim e este seu título –, um laço poderoso e durável, que ao longo de 30 anos frutificou de formas variadas, entre minhas próprias inquietações intelectuais, meus escritos, as disciplinas sob minha responsabilidade (sobretudo, de 2006 em diante, na disciplina “Literatura e urbanidade”, que ministrei algumas vezes no PPGLL/Ufal), até meus modos de ser e estar no mundo.

Quando 2020 teve início, lembrei-me dessa efeméride de exatas três décadas, e vinha tentando encontrar, desde os primeiros dias do novo ano, uma forma de expressar, de forma mais ampla do que resultaria de alguma ação circunscrita à Universidade (daí a escolha por algo relacionado ao ambiente das redes sociais ter sido minha primeira decisão a respeito do projeto), essa conexão e esse percurso que fizera com que cidades invisíveis, imaginadas, garantissem uma tão sólida presença em minha vida. Então, as notícias vagas que em fins do ano anterior chegavam de uma longínqua cidade da China – Wuhan – e que pareciam dizer respeito apenas a um contexto circunscrito por insalubres mercados ao ar livre e hábitos culinários exóticos como o da sopa de morcego, foram se adensando e se tornando mais e mais graves: em dimensões planetárias, passou-se da contaminação local à epidemia, e desta à pandemia, e apenas poucos dias após o carnaval do último ano da década, começavam

a chegar os primeiros registros de Covid-19 no Brasil. Em meados de março foram decretadas as primeiras medidas de quarentena nos estados brasileiros, dando início a um capítulo (ainda em andamento) de nossa história que poderíamos qualificar como de *distop(andel)ia*, durante o qual, aos impactos causados pela proliferação do vírus, somou-se aquilo que o historiador William H. McNeill, em seu estudo fundamental sobre as epidemias históricas, *Plagues and Peoples* (McNEILL, 1998) denomina de *macroparasitismo*, ou seja, os âmbitos através dos quais os impactos do parasitismo dos microorganismos são agudizados pela ação humana, particularmente pelo caráter necropolítico (Cf. MBEMBE, 2016) que veio orientando as relações entre crise sanitária, medidas econômicas no mais das vezes baseadas nos interesses das grandes corporações e do agronegócio, produção e difusão discursiva/ideológica reacionária e anticientífica através de *fake news* e biopoder/política de morte no governo Bolsonaro. Nesse contexto – do qual trazemos hoje um estarrecedor saldo de mais de 600 mil brasileiras/os mortos e outras/os tantas/os marcados pelas sequelas da doença, além de fome, inflação, desemprego e desmantelamento de programas sociais, mas que já começava a despontar no início da pandemia –, o projeto de ler *As cidades invisíveis*, que teve a gravação de vídeos breves como formato e uma das redes sociais mais populares (o Instagram) como veículo de divulgação⁴, ganhou mais um propósito: o de interligar, através dessa experiência compartilhada que é a leitura coletiva de um texto (contraponto sempre bem-vindo à experiência solitária que caracteriza grande parte das leituras que fazemos ao longo da vida), subjetividades várias

4 A realização do projeto ocorreu entre os meses de agosto e dezembro de 2020, através do perfil @lendoascidadesinvisiveis no Instagram, e convidei a participar, como leitoras/es de cada uma das cidades invisíveis, 55 pessoas das mais diversas idades, origens sociais, profissões, lugares, raças, identidades de gênero. Cada convidada/o ficou responsável pela gravação e envio, através de meio digital, de sua leitura em vídeo, e eu postei um subcapítulo a cada dia, metodicamente, da primeira à última página do livro. A primeira convidada a juntar-se ao projeto, como não poderia deixar de ser, foi a Profa. Margarida de Souza Neves, que leu, é claro, o subcapítulo correspondente à cidade de Zaíra. Eu fiquei responsável pelas leituras dos fragmentos que abrem e encerram cada um dos nove capítulos do livro, os quais desenvolvem seu enredo simples (os encontros entre Marco Polo e o Khan) e emolduram as descrições das cidades. Mesmo após finalizadas as leituras e encerrado o projeto, o perfil segue ativo na rede social, e aberto a novas/os visitantes.

e diversificadas, num cenário de isolamento social⁵, distopia asfixiante e paralisante que traz à mente Argia, uma das cidades descritas por Marco Polo ao imperador mongol:

O que distingue Argia das outras cidades é que no lugar de ar existe terra. As ruas são completamente aterradas, os quartos são cheios de argila até o teto, sobre as escadas pousam outras escadas em negativo, sobre os telhados das casas premem camadas de terreno rochoso como céus enevoados. Não sabemos se os habitantes podem andar pela cidade alargando as galerias das minhocas e as fendas em que se insinuam raízes: a umidade abate os corpos e tira toda a sua força; convém permanecer parados e deitados, de tão escuro (CALVINO, 2017, p. 151).

Diante do pano de fundo da realidade empírica, tão profundamente marcado pela desorientação e angústia coletivas diante da calamidade da pandemia, as cidades de Calvino, em sua exatidão matemática, me pareceram um mapa bastante apropriado para se retrair os necessários horizontes utópicos. Afinal, é sob a rubrica de “Exatidão” que Calvino nos fala a respeito de *As cidades invisíveis* em seu testamento teórico-crítico (as Conferências Charles Eliot Norton que o escritor italiano preparava na ocasião de sua morte, em 1985, postumamente reunidas nas célebres *Seis propostas para o próximo milênio*):

Num desses livros científicos em que costumo meter o nariz à procura de estímulos para a imaginação, aconteceu-me ler recentemente que os modelos para o processo de formação dos seres vivos são, “de um lado, o cristal (imagem de invariância e de regularidade das estruturas específicas), e de outro a

⁵ Não posso deixar de mencionar, aqui, um projeto que antecedeu em alguns meses este organizado por mim, para o qual fui gentilmente convidada a participar, organizado pelos Profs. Drs. Claudio Oliveira, Caio Meira e Alberto Pucheu, direcionado à leitura de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, e abrigado no perfil @lergrandesertoaveredas. De fato, esse projeto monumental foi a grande inspiração para nossa homenagem, de dimensões bem mais modestas, ao livro de Italo Calvino; seus organizadores foram, também, nossos grandes incentivadores, e, ainda, pudemos contar com a participação irretocável de Caio Meira como leitor da cidade de Eudóxia.

chama (imagem da constância de uma forma global exterior, apesar da incessante agitação interna)” [...].

O que me interessa aqui é a justaposição dessas duas figuras, como num daqueles emblemas do século XVI [...]. Cristal e chama, duas formas da beleza perfeita da qual o olhar não consegue desprender-se, duas maneiras de crescer no tempo, de despendar a matéria circunstante, dois símbolos morais, dois absolutos, duas categorias para classificar fatos, ideias, estilos e sentimentos [...].

Outro símbolo, ainda mais complexo, que me permitiu maiores possibilidades de exprimir a tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado das existências humanas, foi o da cidade. Se meu livro *Le città invisibili* continua sendo para mim aquele em que penso haver dito mais coisas, será talvez porque tenha conseguido concentrar em um único símbolo todas as minhas reflexões, experiências e conjeturas; e também porque consegui construir uma estrutura fechada em que cada texto curto está próximo dos outros numa sucessão que não implica uma consequencialidade ou uma hierarquia, mas uma rede dentro da qual se podem traçar múltiplos percursos e extrair conclusões múltiplas e ramificadas (CALVINO, 2003, p. 85-86).

Um livro inclassificável, híbrido entre novela, volume de contos ou poemas em prosa, ensaio filosófico, fábula, emblemata, *As cidades invisíveis* pode ser lido/percorrido de muitas formas, desdobrando-se aos nossos sentidos, à nossa percepção e ao nosso entendimento como as paisagens maravilhosas que só visitamos em nossos sonhos; seguramente, nisso consiste um dos segredos que faz com que seja esta uma obra a ser lida e relida muitas vezes. A despeito disso, como o próprio autor destaca, elas se fundam num nexos absolutamente científico (e que se realiza na composição marcadamente matemática de sua estrutura formal) entre duas formas perfeitas – a do cristal e da chama –, as quais representam metaforicamente o impulso pelo rigor geométrico, por um lado, e o emaranhado ou a fluidez das existências, por

outro. Kublai Khan, o detentor de um território tão vasto que seu conhecimento próprio já não mais alcança, pede a Marco Polo – o viajante por excelência – que descreva as cidades que compõem o seu império (não por acaso, todas com nomes femininos, o que acentua a ambiguidade entre a conquista como ato de amor ou de agressão⁶): seu objetivo, a princípio, é simplesmente o de reconquistá-las. Mas, a partir daí, o mercador vai desempenhando sua tarefa pela via de uma contínua dialética entre cristal e chama, simultaneamente rearticulando os mecanismos da arte de uma narração multiplicadora, mas também sempre parcial, incompleta e em suspenso (como Sherazade), e dispondo as cidades-peças num tabuleiro imaginário, como um hábil enxadrista.

Entre a narrativa caleidoscópica/labiríntica e o jogo regrado/delimitado, as cidades vão se tornando *visíveis* quando entra em cena a *figura leitora*: como já observou Renato Cordeiro Gomes (1994, p. 23-24), a cidade, que do ponto de vista material e histórico é por definição o *ambiente construído*, resultado da potência criadora e do trabalho coletivo e sistemático que desafia/subverte/altera/destrói o ambiente natural (portanto, também uma ação violenta), torna-se, através de sua inscrição textual, ela própria *tecitura* – ou seja, um segundo tecido denso como seu modelo original, a ser percorrido através da mancha textual de modo análogo a que percorremos as ruas das cidades materiais, para que realize sua principal razão de existir. Para Gomes, esse “livro de registro da cidade”, que teria no livro de Calvino um de seus exemplos inescapáveis, “é o relato sensível das formas de ver a cidade; não enquanto mera descrição física, mas como cidade simbólica, que cruza lugar e metáfora” (GOMES, 1994, p. 24).

Dois dos possíveis cruzamentos entre lugar e metáfora, dentre tantas outras possibilidades, em *As cidades invisíveis*,

6 Em entrevista a *Tuttlibri*, em 8 de fevereiro de 1974, quando perguntado sobre o porquê de suas cidades invisíveis terem, todas elas, nomes de mulher, Italo Calvino respondeu que queria que as narrações se assemelhassem ou a cartas de amor ou a cartas de desamor, através do relato de um homem, o viajante que as contempla e as traz na memória, ou que simplesmente as imagina, a outro homem, o imperador, a quem elas pertenceriam sem ser, de fato, suas posses. Disponível em: https://instagram.com/p/CFHUs0cJu4m/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 20 out. 2021.

são a) aquele entre a cidade como lugar de memória e artefato político, por um lado, e seus signos ostensivos como construções e monumentos (ou tudo o que se considera, de forma frequentemente tautológica, como “patrimônio”), por outro; e b) aquele entre a realidade empírica, por um lado, e o mundo dos discursos, por outro. Entre as 55 pessoas que leram cada uma das 55 cidades invisíveis durante a realização do projeto, duas delas aceitaram ir além, e adicionar às leituras um breve ensaio interpretativo de suas respectivas cidades: a Profa. Dra. Ana Paula Palamartchuk, leitora de “Zora”, e a Profa. Dra. Roseanne Tavares, leitora de “Olívia”⁷. Suas contribuições analíticas, que tanto vieram a somar a esse projeto de leitura coletiva, são reproduzidas, nessa mesma ordem, a seguir.

“Zora”: a cidade de memória fechada

Quando recebi o convite para participar do projeto @lendoascidadesinvisiveis, projeto cheio de bonitezas nesse mundo cheio de horror, fui afetada, a partir dali, de maneira definitiva, tanto pelo ambiente em que li *Cidades Invisíveis* pela primeira vez, naqueles bancos de concreto cobertos por árvores e rodeados de gente jovem apaixonada pelo mundo, quanto pela urgência de encontrar um lugar-metáfora, no qual a memória pudesse fazer pouso entre territórios e passagens de acolhimento e potência.

Zora⁸ é uma cidade de difícil acesso. Há que atravessar rios e montanhas. Zora é uma cidade-memória inesquecível, mas diferente de outras “cidades e as memórias” de *Cidades Invisíveis*. Zora é inesquecível por que se deixa ver em sua sucessão e justaposição de marcas e marcos, que se organizam como a uma “partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota” (CALVINO, 2014, p. 19).

⁷ Uma versão preliminar dessas análises das Profas. Dras. Ana Paula Palamartchuk e Roseanne Tavares foi apresentada em mesa-redonda realizada on-line no dia 2 de dezembro de 2020, como parte da programação do VI Colóquio Literatura e Utopia. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=XHbOz1d9luw&feature=youtu.be>. Acesso em 20 out. 2021.

⁸ Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CFomTsVJZPA/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 27 nov. 2021.

Aqui o lugar-metáfora se desvenda pelo som das coisas, tal qual uma composição musical que não se modifica e que se articula em rede como “uma armadura ou um retículo”:

a sequência em que se sucedem o relógio de ramos, a tenda listrada do barbeiro, o esguicho de nove borrifos, a torre de vidro do astrônomo, o quiosque do vendedor de melancias, a estátua do eremita e do leão, o banho turco, o café da esquina, a travessa que leva ao porto. (CALVINO, 2014, p. 19)

espaços [em] que cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso. (CALVINO, 2014, p. 19)

As marcas e os marcos de Zora, ainda que metáforas, são “espaços [em] que cada um pode colocar as coisas que deseja recordar” e essa “qualidade” da cidade de Calvino, com seu roteiro fixo, impõe uma reflexão, bastante cara aos/às historiadores/as, sobre os lugares de memória e os monumentos das cidades. A partir dessa reflexão, organizei e mediei, em agosto de 2020, um debate com alguns historiadores e ativistas do movimento negro de Alagoas⁹.

Zora, então, não é uma resposta à reflexão dos/as historiadores/as sobre os lugares de memória da cidade, não questiona qual memória é importante, muito menos a quem ela serve: “Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar...”, provocando e potencializando a reflexão dos/as historiadores/as na perspectiva de que, em Zora, a memória se faz por “partes do discurso” e permite retomar o debate sobre a questão: podemos jogar fora as estátuas?

No caso dos/as historiadores/as, “partes do discurso” estão

9 Cf. *Podemos jogar fora as estátuas? Monumentos e lugares de memória em Alagoas*. Atividade organizada pelo Grupo de Pesquisa História Social e Política (UFAL) com a participação dos professores Danilo Luis Marques (UFAL); Gabriela Torres (SEDUC-AL); Jeferson Santos (INEG) e Geysson Santos (INEG/Cia Hip Hop). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5qGpKLLnRYo&t=402>. Acesso em: 28 out 2021.

no centro da construção da memória nas cidades, não significam apenas ausências de outras partes do discurso, nem tampouco onde “cada um pode colocar as coisas que deseja recordar”. Significa, fundamentalmente, entender o apagamento, silenciamento e eliminação de outras partes do discurso, como a narrativa desse lugar-metáfora. As cidades e a memória são campos de disputa política e, portanto, *loci* de conflitos e de negociações.

Se pensarmos a partir dos últimos movimentos, aqui e alhures, os quais organizaram a derrubada de estátuas ou participaram de intervenções em monumentos de “heróis nacionais” ou que se referem a épicos de uma “história oficial”, entendemos que sua origem é impulsionada por uma crítica radical a uma história laudatória, muitas vezes, de uma elite escravagista, monarquista, violenta, excludente e genocida. Nesse sentido, é quase impossível não citar Walter Benjamin quando ele afirma: “Não há documento de cultura que não seja documento da barbárie” (BENJAMIN, 2018, p. 13).

Ao mesmo tempo em que o tema sobre “patrimônio sensível” (PIUBEL e MELLO, 2021, pp. 53-79) ganha mais espaço na grande imprensa¹⁰, em debates organizados por historiadores/as e especialistas, e gera muito ruído nas redes sociais, crescem as demandas de movimentos sociais ligados a grupos apartados do direito à sua própria memória e à ocupação nas cidades. E essas demandas são bastante explícitas e se baseiam na crítica a como a cidade impõe uma memória da classe dominante.

O tema é complexo e se materializa como campo de conflito. Cito aqui o projeto *Salvador escravista*, que oferece subsídios históricos sobre quem são os homenageados na cidade. A cidade vai se “mostrando marcada pela desigualdade e pelo racismo”, marcas problematizadas no projeto a partir dos conceitos “homenagens controversas” e “homenagens reparadoras”, como “uma ferramenta de pesquisa sobre a história de Salvador relacionada ao impacto da escravidão na sociedade soteropolitana, representada, entre outros aspectos, pelas

10 Cf. *Intangível Podcast*: Patrimônio Imaterial: Entre ausências notáveis e narrativas. Com Claudia B. Leal e Lucieni Simões. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/58d101I72JByxSIB6GFAk2?si=hM8CD510Q1SK95mDz795UQ>. Acesso em: 10 out 2021.

homenagens em estátuas, prédios e nomes de ruas” (PROJETO SALVADOR ESCRAVISTA, online).

Essas intervenções mais recentes, que questionam quem são os homenageados que impõem os lugares de memória da cidade, tiveram lugar em diversas partes do mundo e foram resultantes da onda de manifestações antirracistas que se alastraram após o brutal assassinato de George Floyd por um policial, nos Estados Unidos. Os historiadores Paulo Pachá e Thiago Krause, no ano passado, publicaram um artigo, no qual descontroem a ideia, que circula muito entre setores negacionistas e disseminadores de *fake news*, de que esses homenageados “têm uma história”, estão em um “contexto” e que essa “história” deve estar gravada em “pedra e cal”, que nos faça lembrar a todo tempo sua existência e sua “época”, numa lógica que silencia, apaga, extermina a memória de grupos escravizados, que foram expulsos da terra onde viviam e que foram assassinados para que estátuas de homens da classe dominante fossem erigidas, anos mais tarde. A narrativa construída pela classe dominante para marcar os lugares da memória nas cidades não permite divergências:

A decisão de erigir uma estátua não é neutra ou um registro objetivo sobre determinado personagem. Ao contrário, trata-se de uma tentativa de eternizar em pedra e bronze uma visão específica sobre a história, eliminando assim debates e discordâncias. E isso por meio de uma decisão política tomada em sociedades marcadas por extremas desigualdades, geralmente muito depois dos eventos em questão. Colston morreu em 1721, mas sua estátua foi colocada em Bristol apenas em 1895. Já Borba Gato morreu em 1718, sua efígie no bairro paulistano de Santo Amaro sendo inaugurada apenas em 1963. Os monumentos dedicados aos bandeirantes dizem muito sobre os projetos hegemônicos das elites paulistas do século XX e nada sobre a sociedade colonial que pretendem representar. Assim, a remoção dos monumentos também expressa uma transformação das relações e dos valores sociais. Erigir uma estátua é fazer história, derrubá-la também. Esses momentos

são exatamente o contrário do apagamento, pois suscitam debates que geralmente permanecem adormecidos quando se discute o que a sociedade quer valorizar e comemorar. (PACHÁ e KRAUSE, 2020, online)

Pachá e Krause também refutam a ideia de que seria anacrônico condenar personagens históricos, já que viveram em contextos que lhes permitia escravizar negros e indígenas ou assassiná-los. Para os historiadores, essa ideia erra porque “ignora que havia outras moralidades possíveis na própria época em que essas figuras viviam”. Mostram como Colombo foi preso:

entre outros motivos por escravizar os povos originários do Caribe contra a vontade da rainha Isabel de Castela; as expedições escravistas dos bandeirantes foram condenadas por religiosos, papas e reis, e mesmo alguns paulistas expressaram remorso em seus testamentos ao admitirem a ilegalidade do cativeiro a que haviam submetido os povos originários. O espantinho do anacronismo frequentemente não passa de uma adoção irrefletida da perspectiva dominante que perpetua a negação da alteridade. Por que o espaço público deve continuar a ser dominado por figuras da elite branca numa sociedade majoritariamente negra e pobre? (PACHÁ e KRAUSE, 2020, online)

À essa pergunta, Zora, como cidade-memória e lugar-metáfora, se fecha: “obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definiu, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo” (CALVINO, 2014, p. 20).

O discurso e as coisas em “Olívia”

Ao saber do projeto de leitura desenvolvido pela Profa. Dra. Ana Claudia Aymoré Martins, fiquei bastante entusiasmada pelo fato de gostar do livro e pelo acolhimento e incentivo para participar dessa proposta. Além disso, ao ler partes do livro de

forma mais atenta, pensei em como ele poderia proporcionar uma análise linguística de cunho social, já que o enredo é baseado nos relatos de Marco Polo para o imperador Kublai Khan, nos quais ele descreve as cidades que supostamente visitou com cuidado para não desagradar ou constranger o soberano. A intenção de Kublai ao ouvir essas narrativas é de construir um império perfeito. Então, ao gravar a leitura em voz alta da cidade de Olívia¹¹, logo vi a possibilidade de desenvolver uma análise com base nos fundamentos teórico-metodológicos da Linguística Aplicada.

A Linguística Aplicada Contemporânea tem como princípio a inter/transdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, possibilitando uma renovação epistemológica do estudo do discurso e a abertura de fronteiras disciplinares para o entendimento da subjetividade do conhecimento e a necessidade de se analisar o discurso, considerando os problemas reais, globais e locais que estamos enfrentando e que, eventualmente, tendem a se repetir ao longo da história (MOITE LOPES, 2013; SIGNORINI e CAVALCANTI, 1998).

Assim, a investigação que gostaria de desenvolver aqui é sobre o entrelaçamento de poder, símbolo e discurso que Calvino constrói ao escrever sobre a cidade de Olívia. Esse simbolismo pode ser compreendido a partir da sequência discursiva que o apresenta, juntamente com as marcas de contextualização de poder e opressão que surgem no texto. Na Pragmática, toda narrativa é performática, ativa e com atos perlocucionários, causadores dos efeitos de interpretação por parte do/a ouvinte-leitor/a. Esses efeitos são criados a partir de pressuposições e inferências do que já se sabe ou que está sendo dito e, também, do não dito no relato (LEVINSON, 1983).

Em tempo, também percebo toda a estrutura do livro como simbólica, já que ele está dividido em nove capítulos e cada um deles apresenta as cidades de forma numerada e por temas, como memória, desejo, símbolo, trocas, delgadas, contínuas, ocultas, olhos, nomes, mortos e céu. A cidade invisível chamada

11 Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CGcGNI6paj6/?utm_medium=copy_link . Acesso em: 20 out. 2021.

Olívia se encontra no quarto capítulo, sob o nome de “A cidade e os símbolos 5”.

Na narrativa dessa cidade, Calvino sabiamente utiliza a voz de Marco Polo logo no início do conto e de forma direta ao expressar para Kublai que “[...] *jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve*” (CALVINO, 2017, p. 72, grifo meu). E, logo em seguida, começa a descrever o panorama de Olívia como uma “cidade rica de mercadorias e de lucros”, dada a existência de “palácios de filigranas, de almofadas franjadas” e “de uma girândula d’água num pátio protegido por uma grade que rega um gramado em que um pavão branco abre sua calda em leque” (CALVINO, 2017, p. 72). As coisas ditas nesse trecho introdutório do conto parecem de fato representar algum tipo de prosperidade, mas também de ostentação dessa riqueza pelas pessoas mais favorecidas, já que são essas as proprietárias dessa parte da cidade. As palavras “palácios de filigranas”, “almofadas franjadas”, “grade” e “pavão branco” enfatizam a sua riqueza, mas de forma exagerada, beirando o kitsch, o mal gosto e o brega.

Há uma nítida necessidade de mostrar que a cidade é rica. Contudo, a assertividade feita sobre como um discurso pode fantasiar a realidade cria vários significados ao que é dito, logo nesse início da narrativa. Além disso, leva a leitora a esperar um desvelar sobre o tipo de prosperidade que Marco Polo quer descrever. A única pista dada, até este momento do conto, sobre as inferências que podemos fazer da cidade são as palavras “protegido” e “grade”, que nos levam a pensar em segurança, cuidado, proteção, mas que, ao mesmo tempo, nos fazem questionar, o porquê da segurança, a quem se quer proteger e de quem se quer segregar. Há, claramente, uma desigualdade social na cidade de Olívia.

Marco Polo também fala da sujeira da cidade, da “nuvem de fuligem e gordura que gruda na parede das casas” (CALVINO, 2017, p. 72), causadas pelo progresso de Olívia e dos tipos de trabalhos que alguns de seus habitantes fazem: um trabalho operário, em turnos de pessoas que “desembarcam todas as noites como fileiras de sonâmbulos” (CALVINO, 2017, p. 73) e

que exige força, destreza manual, e muitas horas de dedicação. Alguns exemplos dados são os seleiros, as fiadeiras de tapetes, os operários dos moinhos cuja engrenagem é mantida pela força repetida de “milhares de mãos, milhares de vezes nos tempos previstos para cada turno” (CALVINO, 2017, p. 73)

Há uma série de pistas nesse conto, para enfatizar que “[a] mentira não está no discurso, mas nas coisas” (CALVINO, 2017, p. 74, grifo meu). Contudo, as coisas e as palavras utilizadas para descrevê-las só fazem sentido quando analisadas dentro de uma narrativa discursiva que considera o contexto social e histórico no qual elas são produzidas (GUMPERZ, 1982). Daí a importância de notarmos que, em Olívia, há críticas sociais da sua estrutura de funcionamento e vivência por meio de risos, de piadas e de sarcasmos produzidos por seus/suas moradores/as do subúrbio. Como Otávio Cabral (2007) diz em seu livro *O riso subversivo*, as galhofas, a exposição ao ridículo e as zombarias são as “armas” utilizadas pelos oprimidos para dar vazão às suas frustrações, críticas e transgressões.

Aliás, é em cada cidade descrita por Marco Polo com a lucidez e esperteza de um hábil enxadrista, como menciona Martins na entrada de 5 de outubro do perfil do Instagram (MARTINS, 2020, *online*), que “as cidades vão ganhando forma e consistência, até nos levar a consciência de que cada um dos seus tijolos é o resultado, para o bem ou para o mal, da vontade humana e por isso a cidade talvez seja o símbolo mais verdadeiro daquilo que somos e daquilo que aspiramos ser”. Essas cidades são inclassificáveis e podem ser lidas de diversas formas, em uma rede de sentidos e conexões que dispensa as hierarquias e incentiva a imaginação.

Foi, então, dessa forma que construí sentidos para a cidade Olívia, como sendo um espelho que reflete um Brasil formado a partir da linguagem da escravidão. Um Brasil, segundo Schwarcz (2019), autoritário, intolerante, socialmente desigual e cheio de corrupção e *fake news* que parecem ser capazes de reverter conquistas consolidadas a partir de agendas conservadoras e não comprometidas com a equidade. Há, claramente, um movimento

de negação da realidade que se agarra a uma ideologia cujo propósito é garantir a manutenção de privilégios, aprofundando o abismo social, numa nação que naturaliza essa desigualdade com atos de intimidação da polícia, ou das autoridades, contra as minorias. Essas desigualdades estão presentes nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer (SCHWARCZ, 2019).

Ao ler o conto, podemos fazer reflexões sobre o mundo capitalista e neoliberal onde vivemos. Um mundo poluído, despreocupado com o meio ambiente e com os outros seres não-humanos com os quais o dividimos. O “pavão branco”, por exemplo, é encarcerado e utilizado para a ostentação.

O livro de Calvino e suas cidades invisíveis é um convite para criarmos sentidos fora do padrão, tirarmos a apatia e produzirmos uma discussão mais crítica sobre o nosso passado, nosso presente e o nosso sonho de futuro. Por meio de coletivos, ONGs, grupos de estudos, falas, escritos e redes sociais fazemos a oposição, tentando mudar esse Brasil que Millôr Fernandes já nos dizia ter um enorme passado pela frente. É com a esperança de mudanças que finalizo minha parte citando um trecho da canção utópica de Nelson Cavaquinho e Élcio Soares (1973):

O sol há de brilhar mais uma vez
A luz há de chegar aos corações
O mal será queimada a semente
O amor será eterno novamente
É o juízo final
A história do bem contra o mal
Quero ter olhos pra ver
A maldade desaparecer

Considerações finais

Muito já foi escrito sobre a metódica, até obsessiva, ênfase que o autor de *As cidades invisíveis* dava à estruturação formal da sua ficção, o que é, com frequência, associado à sua aproximação com o grupo OuLiPo (*Ouvroir de Littérature Potentielle*); de fato, os desafios impostos à linguagem, o pastiche (das crônicas medievais

às fábulas, das narrativas de viagem aos contos das mil e uma noites), a bricolagem, a tradução intersemiótica, entre outros, são recursos formais e estilísticos marcantes na obra calviniana. É também notória a inclinação do escritor, sobretudo a partir da década de 1950 – quando, assumindo seu antigo fascínio pelo domínio stevensoniano da narrativa, pelo simbolismo profuso da poética de Eugenio Montale e pela geometria do imaginário borgiano, Calvino publica sua “trilogia dos antepassados”, os livros que o tornaram internacionalmente renomado –, para o fantástico literário. Somadas, essas duas considerações poderiam levar a crer num pendor do escritor ítalo-cubano para a literatura como escapismo ou como mero jogo, mas isto seria uma abordagem míope às potencialidades interpretativas de sua obra como meio para a reflexão acerca da contemporaneidade. Filho de um casal de botânicos anarquistas, que deram a ele e a seu irmão Floriano uma educação laica (a qual contrastava com o catolicismo e o conservadorismo dominantes na Itália à época), e assumindo desde muito jovem – desde que, encorajado pela mãe, abandonou o curso de Agronomia na Universidade de Turim para se juntar, em 1941, à resistência ao nazifascismo – uma postura militante que caracterizou sua face pública ao longo de toda a vida, Italo Calvino foi, também, um defensor enfático do papel essencialmente *político* da literatura. Se, para Calvino, seria um equívoco considerar-se a literatura como um mero apêndice “engajado” do âmbito da política, ou, no sentido inverso, como depositária de valores gerais e imutáveis a serem, de acordo com a ocasião, contrapostos à retórica parcial e cambiante do discurso político (o que seria, para ele, uma mera “função consolatória” do literário), por outro lado a literatura “é um dos instrumentos de autoconsciência de uma sociedade”, na medida em que não pode deixar de se constituir numa “relação entre a mensagem [...] e a sociedade, ou mais precisamente, entre a mensagem e a possível criação de uma sociedade que a receba” (CALVINO, 2006, p. 344). Na conferência intitulada “Usos políticos certos e errados da literatura”, proferida em Amherst, Massachusetts, em fevereiro de 1976, Calvino aponta que:

A literatura é necessária à política em primeiro lugar quando ela dá voz àquilo que não tem voz, quando dá um nome àquilo que ainda não tem um nome, e especialmente àquilo que a linguagem política exclui ou tenta excluir. [...] A literatura é como um ouvido que pode escutar além daquela linguagem que a política entende; é como um olho que pode ver além da escala cromática que a política percebe. [...] Mas há também, acredito eu, outro tipo de influência, não sei se mais direta, mas decerto mais intencional, por parte da literatura, isto é, a capacidade de impor modelos de linguagem, de visão, de imaginação, de trabalho mental, de correlação dos fatos, em suma, a criação [...] daquele gênero de modelos-valores que são a um só tempo estéticos e éticos, essenciais em todo projeto de ação, especialmente na vida política. [...]

Eu falei de dois usos corretos, mas agora estou identificando um terceiro, que se liga ao modo crítico como a literatura vê a si própria. Se outrora a literatura era vista como espelho do mundo, [...] agora nós não conseguimos mais esquecer que os livros são feitos de palavras, de signos, de procedimentos de construção; nunca podemos esquecer que o que os livros comunicam por vezes permanece inconsciente para o próprio autor, que os livros dizem por vezes algo diferente daquilo que se propunham a dizer, que em todo livro há uma parte que é do autor e uma parte que é obra anônima e coletiva.

Esse tipo de consciência não influencia apenas a literatura: pode ser útil à política para fazer com que ela descubra quanto nela é apenas construção verbal, mito, *tópos* literário. A política, assim como a literatura, deve em primeiro lugar conhecer a si mesma e desconfiar de si mesma (CALVINO, 2006, pp. 345-346).

No desfecho d'*As cidades invisíveis*, quando posto diante da última cidade, aquela que Marco Polo não descreve, mas que se materializa como *aparição* – a cidade infernal –, o Grande Khan aterroriza-se: estaria diante dele a visão de um futuro distópico? O mercador veneziano retruca que o “inferno dos

vivos” não se encontra no futuro, mas *no presente*. Na mesma forma, nos encontramos, hoje, no presente distóp(andêm)ico, um tempo de isolamento social e perdas irreparáveis, de genocídios e ecocídios, de superconcentração das riquezas e conseqüente agravamento das misérias das gentes, de ascensão de ideários racistas, classistas, misóginos, violentos e autoritários. Há, ainda, lugar para utopias possíveis?

Replica-nos Marco, em sua resposta derradeira ao Khan:

– O inferno dos vivos não é algo que será: se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 2017, p. 200).

Que, mesmo no último porto, nós, leitoras e leitores d’*As cidades invisíveis*, saibamos reconhecermo-nos mutuamente. E abrir espaço.

Referências

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CABRAL, Otávio. *O riso subversivo*. Maceió: Edufal, 2007.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi, ilustrações de Matteo Pericoli. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. “Exatidão”. In: *Seis propostas para o próximo milênio*. Tradução de Ivo Barroso. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 69-94.

_____. “Usos políticos certos e errados da literatura”. In: *Assunto encerrado. Discursos sobre literatura e sociedade*. Tradução de Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 338-355.

CAVAQUINHO, Nelson; SOARES, Élcio. *Juízo final*. 1973. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/nelson-cavaquinho/juizo-final/> Acesso em 20 out. 2021.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade. Literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GUMPERZ, J. J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MARTINS, Ana Claudia Aymoré. “Lendo as cidades invisíveis – um projeto afetivo”, 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/invites/contact/?i=1fqxw5e4quhxa&utm_content=3jx08f9 . Acesso em 20 out. 2021.

MBEMBE, A. *Necropolítica. Arte & Ensaios*, 2 (32). Rio de Janeiro, dez. 2016. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> . Acesso em 20 out. 2021.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

McNEILL, W.H. *Plagues and Peoples*. New York:Anchor Books, 1998.

PACHÁ, P. Pachá e KRAUSE, T. “Derrubando estátuas, fazendo história”. *O Globo*, 19 jun 2020. <https://oglobo.globo.com/epoca/cultura/artigo-derrubando-estatuas-fazendo-historia-24487372>. Acesso em: 28 out. 2021.

PIUBEL, Thays Merolla e MELLO, Rafaela Albergaria. “Patrimônios sensíveis, ensino de História e disputas de memória: fissurando o “mito bandeirante””. *Revista História Hoje*, v. 10, nº 19, pp. 53-76, 2021.

SCHWARCZ, Lilia M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda, C. (orgs.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SOBRE o projeto. In: Projeto Salvador Escravista. Disponível em: <https://www.salvadorescravista.com/sobre-o-projeto/sobre-o-projeto>. Acesso em: 20 out 2021.